

Por um anno	12\$000.
Por seis mezes	6\$600.
Por tres mezes	3\$600.

Comunicados e correspondencias, por linha	\$060
---	-------

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para a realizacão das assignaturas da folha, ou para a publicacão de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicacões pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000.
Por seis mezes	5\$600.
Por tres mezes	3\$000.
Avulso por folha	\$040.
Annuncios, por linha	\$060.

A correspondencia official da capital de-se dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicacões litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—3.ª Secção

Sendo-me presente o requerimento em que Anna Sabina Domingues, allegando os bons serviços prestados por seu irmão Fructuoso João Domingues, na qualidade de director do hospital de cholicos, estabelecido na villa da Figueira da Foz em 1856, e de vogal da commissão de socorros ali creada, pede uma pensão das autorisadas pela lei de 4 de junho do anno passado para os menores Jayme e Elvira, filhos do seu sobredito irmão; vistas as informacões das autoridades administrativas e os documentos com que se acha instruido o respectivo processo; e attendendo a que por uns e outros se provam os allegados serviços, e que os menores referidos ficaram, em consequencia do obito de seu pae, sem meios para prover-se á sua subsistencia e educacão; usando da autorisacão dada ao governo na citada lei, e conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros; hei por bem conceder aos menores Jayme e Elvira, filhos do falecido Fructuoso João Domingues, a pensão annual e vitalicia de 120\$000 réis, que será dividida igualmente entre ambos, e gosada pelo menor Jayme em quanto não chegar á idade de 25 annos, ou não obtiver emprego publico, e pela menor Elvira em quanto se conservar no estado de solteira.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 25 de fevereiro de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

1.ª Repartição

Tendo sido aprovado por decreto de 31 de janeiro ultimo o regulamento sobre as obras destinadas ao ensino, e convindo tomar as necessarias providencias para a sua immediata execucao: ha Sua Magestade El-Rei por bem ordenar que o conselho geral de instrucção publica, procedendo desde logo ao exame de todos os livros actualmente adoptados nas escolas publicas e livres de instrucção primaria e secundaria, e bem assim das obras que anteriormente haviam obtido approvação do extincto conselho superior de instrucção publica, consulte por este ministerio sobre a adopção, approvação ou prohibição d'essas obras, propondo as que merecerem ser incluídas no catalogo geral dos livros adoptados e approvados para o ensino publico.

Do mesmo modo procederá o conselho geral de instrucção publica tanto em relação ás obras já publicadas ou manuscritas, cujos autores, editores ou proprietarios requererem a sua approvação, como áquellas, que, independente d'este pedido, forem julgadas uteis para o ensino.

Determina tambem Sua Magestade que o mesmo conselho geral em execucao do artigo 28.º do citado regulamento proponha os programas para a composicão de obras elementares nos diversos ramos da instrucção primaria em que for indispensavel abrir concurso, e promover por meio de premios a publicacão de livros elementares que satisficam cabalmente aos verdadeiros fins do ensino nas escolas primarias.

O que assim se participa ao conselho geral de instrucção publica para sua intelligencia e execucao.

Paço das Necessidades, em 27 de fevereiro de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Convindo proceder, quanto antes, a uma inspecção geral nas escolas de instrucção primaria dos diversos districtos do reino e ilhas adjacentes, nos termos, e segundo as instrucções com que, por portaria de 19 de outubro do anno proximo passado, se commetteu extraordinariamente esta inspecção na capital ao conselho geral de instrucção publica; e

Considerando que não se tendo, até hoje, feito essa inspecção regularmente em cada districto administrativo, nem é possível obter-se a estatística exacta da frequencia e aproveitamento dos alumnos nas escolas primarias, nem conhecer o verdadeiro estado d'essas escolas, tanto em relação ao bom desempenho dos professores, na parte do ensino que lhes está confiado, como da educação moral da mocidade, que lhes incumbe doutrinar por suas praticas e exemplar procedimento;

Considerando que, alem da urgente necessidade de ordenar a estatística geral da instrucção publica por meio de um fiel e rigoroso inquerito, é indispensavel que o governo seja cabalmente informado de quaesquer faltas graves praticadas por alguns professores que, esquecidos da importancia e dignidade das suas funcões, têm dado lugar a queixas e reclamações de algumas camaras municipais e juntas de parochia; assim como dos que se tornam dignos de especial consideração pelo louvavel zelo com que procuram desempenhar os deveres do seu ministerio; a fim de, por este meio, se poder corrigir os abusos de uns e premiar a dedicacão de outros;

Considerando que, para a melhor e mais conveniente collocacão das cadeiras existentes e das que se forem successivamente creando, assim como para appropriar o ensino ás verdadeiras necessidades da instrucção popular, é absolutamente necessario estudar praticamente as peculiares circumstancias de cada centro de população, a sua posição topographica, o estado das suas relações, os habitos e as condições da sua existencia;

Considerando, finalmente, que, em quanto se não regula por uma providencia legislativa a inspecção escolar de modo que possa satisfazer pontualmente a este importantissimo serviço, é indispensavel prover a elle extraordinariamente: ha Sua Magestade El-Rei por bem, conformando-se com a consulta do conselho geral de instrucção publica, de 16 do corrente, ordenar o seguinte:

1.º Proceder-se ha successivamente nos districtos administrativos do continente a uma inspecção extraordinaria de todas as escolas de instrucção pri-

maria publicas e livres, nos termos do artigo 162.º do decreto de 20 de setembro de 1844.

2.º Os visitadores a quem esta inspecção for encarregada observarão rigorosamente as instrucções ordenadas por portaria de 19 de outubro do anno proximo passado para a inspecção extraordinaria das escolas da capital.

3.º Os mesmos visitadores darão, pela direcção geral de instrucção publica n'este ministerio, conta, até ao dia 5 de cada mez, do resultado das visitas de inspecção que durante o mez anterior tiverem feito ás escolas publicas e livres do districto a seu cargo.

4.º Acabada a visita escolar de cada districto, os visitadores apresentarão um relatório circumstanciado do resultado da inspecção a que procederam, acompanhado de todos os documentos necessarios para sua illustração.

5.º Os governadores e mais autoridades administrativas prestarão aos visitadores todo o auxilio necessario para o desempenho do serviço da inspecção escolar.

6.º Pela direcção geral de instrucção publica se expedirão, em virtude d'esta portaria, as mais instrucções que a sua execucao reclamar.

Paço das Necessidades, em 28 de fevereiro de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

2.ª REPARTIÇÃO—2.ª SECÇÃO

Sendo-me presente a Sua Magestade El-Rei o officio do secretario geral servente de governador civil de Aveiro, de 16 do corrente, em que dá parte de se haver effectuado na vespera, com toda a solemnidade e com geral satisfacção do corpo escolar, e dos habitantes d'aquella cidade e de muitos do districto, a inauguração do lyceu nacional no edificio que para elle se construiu de novo, e que, por ser espaço e apropriado ao serviço do mesmo lyceu, ha de concorrer para que os exercicios escolares ali possam ter lugar com toda a regularidade; manda o mesmo augusto senhor declarar áquelle magistrado que fôgou por ver realiado este melhoramento em beneficio dos estudos que se professam no mencionado lyceu.

O que assim se participa ao secretario geral, servindo de governador civil, para sua intelligencia.

Paço, em 24 de fevereiro de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Pela direcção geral de instrucção publica o ministerio do reino se ha de prover, procedendo no curso de 60 dias, que principiará em 10 do corrente mez, perante os reitores dos lycens nacionais de Coimbra, Lisboa e Porto, a substituição da cadeira de grammatica portugueza e latina, e de latimidade de Aguiar de Sousa, em Paredes, districto do Porto, com o ordenado annual de 100\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e deduzido do do respectivo professor vitalicio.

Os que pertencerem ser providos na dita substituição se habilitarão com certidão de idade de 25 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde proveem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na fórma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Direcção geral de instrucção publica, 2 de março de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effectos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haverem requerido por este ministerio Francisco Antonio de Sousa e sua irmã D. Maria Amalia de Sousa o pagamento do que se ficára devendo a seu fallecido pae, Francisco Antonio de Sousa, artista, que foi, aggregado á academia de bellas artes de Lisboa.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DA THESOUREARIA

Em continuacão do annuncio inserto no *Diario de Lisboa*, n.º 47, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 6 do

corrente, dos vencimentos do mez de fevereiro de 1860 das seguintes classes:

Camara dos dignos pares,
Camara dos senhores deputados,
Relação de Lisboa, procuradoria regia e delegados,

Tribunaes do commercio,
Estado maior do exercito,
Supremo conselho de justiça militar,
Sé de Lisboa,
Majoria geral,
Estado-maior da 1.ª divisão militar,
Governo civil de Lisboa,
Officinas generaes reformados,
Repartição de fazenda do districto de Lisboa.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 3 de março de 1860.—Joaquim José do Nascimento Lupi.

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONALES

VENDA DE BENS NACIONALES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO

E 21 DE OUTUBRO DE 1855.

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos se annuncia que vão andar em praça as propriedades constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematacão no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer; devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de trinta dias, pela fórma seguinte: metade em moeda corrente e metade em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal, nos termos do referido decreto de 21 de outubro e do de 18 de dezembro de 1852, que reduziu a 3% o juro de toda a divida fundada; sendo porém livre aos arrematantes pagar em prestações e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5%, conforme o artigo 7.º do mesmo decreto; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça a que as propriedades serão levadas; bem como prohibidos de lancar n'ellas: tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837 e mais disposições posteriores.

Lista 1241-A

ARREMATACÃO PERANTE OS GOVERNADORES CIVIS DOS DISTRITOS ABAIXO DECLARADOS

NO DIA 12 DE ABRIL DE 1860

Diversas formas

Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1846

3.ª forma

DISTRITO DE VILA REAL

CONCELHO DE VAL PASSOS

Reforma da lista 1235-A

Bens adjudicados á fazenda nacional por execucao feita a Ignacio, filho de José Antonio

Avalliações com o abatimento de duas quintas partes

27893 Uma lameira e tonga, no sitio do Recos-teiro ou Mosteiro, que parte pelo nascente e poente com Cactano José, e norte com Vicente José, ambos do logar de Campo de Egua, 3\$600 réis—2\$160.

27894 Uma oitava parte de uma morada de casas, no sitio de Campo de Egua, que parte pelo nascente e norte com a rua publica, e pelo sul e poente com Domingos José, 2\$000 réis—1\$200.

Bens adjudicados á fazenda nacional, por execucao feita a José Rodrigues Serio, como fiador de Maria Gomes, e outros, herdeiros de Manuel Lourenço de Queiroz

27895 Uma vinha no limite, no logar de Gallafura, e sitio da Bogalheira, que parte de uma banda com José da Costa Leões, e da outra com José Ayres Lopes, 12\$000 réis—7\$680.

27896 Uma vinha nos limites do logar de Gallafura, e sitio de Montrigo, que parte de uma banda com Luiza Leitão, e da outra com Manuel Ferreira Vaz, 12\$000 réis—7\$200.

CONCELHO DE SABROSA

Bens adjudicados á fazenda nacional, por execucao feita a Domingos Pereira Rebello

27897 Uma vinha com suas oliveiras, no sitio chamado os Sapos, que parte com João Teixeira Cavalleiro, e com Francisca Simões, ambos do dito logar, 28\$800 réis—17\$280.

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, acções de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana de 27 de fevereiro a 3 de março de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO

Fundos publicos			
Inscrições de assentamento de 3 por cento, com juro desde o 1.º de janeiro de 1860	47 1/2	47 1/2	
Inscrições com coupons, idem idem	46 1/2	46 1/2	
Certificados de divida differida	33 1/2	34	
Titulos de divida publica sem juro			
Titulos de divida publica (antigos)	1	2	
Ditos azules	11 1/2	2 1/2	
Ditos das tres operacões	10	15	
Papel-moeda	27	29	

CURSO DOS CAMBIOS

PRACAS	PRASO	USO	CAMBIO
Londres	30 d. v.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Paris	30 d. v.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Hamburgo	3 m. d.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Amsterdã	3 m. d.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Geneva	3 m. d.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Viena	3 m. d.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Trieste	3 m. d.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Napoles	3 m. d.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Madrid	8 d. v.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Cadiz	8 d. v.	Por 1\$000 réis	53 3/4
Porto	8 d. v.	Por 1\$000 réis	53 3/4

ACÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS

DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES	NÚMERO DAS QUE PREZEM A TOTALIDADE DO CAPITAL	VALOR NOMINAL DE CADA UMA ACÇÃO	QUANTAS ACÇÕES ESTÃO JÁ EMITIDAS	DESEMBOLSO	CURSO EM MOEDA SONANTE	ULTIMO DIVIDENDO PAGO
BANCOS						
de Portugal (titulos de cinco acções)	16.000	500\$000	todas	500\$000	541\$000	2.º semestre de 1859
comercial do Porto	10.000	200\$000	6.687	200\$000	255\$000	Idem
mercantil portuense	7.500	200\$000	todas	200\$000	235\$000	1.º semestre de 1859
das lezírias do Tejo e Sado	4.000	500\$000	—	500\$000	460\$000	Anno de 1859
uniao mercantil	5.000	90\$000	3.000	90\$000	90\$000	—
de seguros bonança	7.840	200\$000	todas	12\$000	40\$000	Anno de 1858
de seguros fidelidade	1.344	1.000\$000	—	50\$000	300\$000	Anno de 1859
de seguros seguranca do Porto	1.000	1.000\$000	—	50\$000	170\$000	Até 30 de junho de 1859
de seguros garantida	1.000	1.000\$000	—	60\$000	120\$000	Até 30 de junho de 1857
de seguros equidade	2.000	500\$000	—	25\$000	30\$000	Anno de 1859
de fiação e tecidos lisboenses	10.000	100\$000	5.000	100\$000	85\$000	Idem
de fiação e tecidos de Torres Novas	4.000	100\$000	1.998	50\$000	68\$000	Idem
de laúfeios do Campo Grande	2.400	50\$000	1.389	50\$000	26\$000	Anno de 1856
lisboense de illuminação a gaz	20.000	50\$000	16.000	50\$000	49\$000	2.º semestre de 1859
portuense de illuminação a gaz	8.000	50\$000	todas	50\$000	40\$000	2.º semestre de 1857
idem idem beneficencia	4.000	50\$000	—	50\$000	3\$000	—
comimbriense de illuminação a gaz	1.500	150\$000	—	25\$000	25\$000	2.º semestre de 1859
dos canaes de Azambuja	3.000	50\$000	2.020	50\$000	10\$000	2.º semestre de 1853
dos vapores do Tejo	600	100\$000	400	100\$000	99\$000	Anno de 1858
de carruagens omnibus	5.000	10\$000	todas	10\$000	7\$500	2.º semestre de 1858
de papel de Alemquer	60	1.000\$000	40	1.000\$000	1.000\$000	—
de algodões de Xabregas	750	200\$000	todas	200\$000	203\$000	Anno de 1859
de navegacão e malas-postas portuguezas	1.600	50\$000	1.044	100\$000	605\$000	2.º semestre de 1859
de manutenção civil	1.600	100\$000	todas	100\$000	100\$000	—

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 3 de março de 1860.—O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 3 de março de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

PORTOS D'ONDE SE CONVECTIONARAM OS SEGUROS	PREMIOS	
	EM NAVIOS DE VELA	EM NAVIOS A VAPORES
De Lisboa para o Porto.....	3/4 a 1 p. cento	1/2 por cento
Idem para S. Martinho.....	3/4 " "	" "
Idem para Lagos.....	3/4 " "	" "
Idem para Villa Nova de Portimão.....	3/4 " "	" "
Idem para o Rio de Janeiro.....	7/8 a 1 " "	" "
Idem para Pernambuco.....	7/8 a 1 " "	" "
Idem para o Pará.....	1 1/4 a 1 1/2 " "	" "
Idem para New York.....	1 " "	" "
Idem para Hamburgo.....	1 1/2 " "	" "
Idem para Vlandingham.....	1 " "	" "
Idem para Londres.....	1 " "	" "
Idem para Southampton.....	1/2 por cento	" "
Idem para Liverpool.....	1/2 " "	" "
Idem para o Havre.....	1 " "	" "
Idem para a Bahia.....	1 " "	" "
Idem para Loanda, com escalas.....	1 1/4 " "	" "
Idem para a Villa da Praia, com escalas.....	1 1/8 " "	" "
Idem para a Villa Real de Santo Antonio.....	1 " "	" "
De Tavira para Lisboa.....	3/4 " "	" "
De Loanda para idem.....	1 por cento	" "
De Bahia para idem.....	7/8 " "	" "
De New Castle para idem.....	1 " "	" "
De Vianna do Castelo para a Villa Nova de Portimão.....	1 " "	" "
De S. Martinho para idem.....	1 1/2 " "	" "
Idem para Vlandingham.....	1 " "	" "
De Genova para o Porto.....	1 1/4 " "	" "

Casa das sessões da câmara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 3 de março de 1860.—O syndico, Miguel Mac Bride.
Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 3 de março de 1860.—João Palla de Faria Lacerda.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 83348
RELATOR O EX.º CONSELHEIRO SEQUEIRA PINTO

Nos autos civis vindos da relação do Porto—recurso, a fazenda nacional—recurso, os herdeiros de Antonio Coelho da Rocha e Silva, e seus fiadores, se proferiu o accordo seguinte:

Acordam em conferencia os do conselho do supremo tribunal de justiça, etc.:

Considerando que o ministerio publico propoz a competente acção em junho de 1849 contra os recorridos, Antonio Coelho da Rocha e seus fiadores, nos termos do artigo 341.º da novissima reforma judiciaria (principio), para o pagamento da quantia de 6575\$750 réis, proveniente da parte do respectivo prego de arrematação do novo imposto de 3 réis em cada arratel de carne, no districto do Porto, com relação ao mez de abril de 1858, bem como dos juros respectivos: arrematação levada a effecto por tres annos a findar em junho de 1858, e pelo prego annual de 26:303\$000 réis;

Considerando que os recorridos nomearam bens á penhora para segurança do juizo, e offereceram em tempo embargos para contestar á acção, seguindo-se depois alguns incidentes tendentes a demorar o processo; á instancias do ministerio publico foram dados diferentes dias para a discussão e julgamento da causa, e sempre foram interrompidos; houve mesmo diferentes moratorias para o progresso executivo como consta dos autos; o que tudo deu lugar a protrair-se o julgamento da contestação dos recorridos, tanto que em novembro de 1858 ainda se não tinha marcado novo dia para o dito julgamento, como era essencial, e pedia a ordem do processo;

Considerando que, não obstante o exposto e constante dos autos, ainda os recorridos vieram com o requerimento fl. 164, a que juntaram alguns documentos para mostrarem que a execução era illiquida, que se mandasse sustar, em quanto se não liquidassem os prejuizos do contrato de arrematação. O ministerio publico, a fl. 174, mostrou não só a improcedencia de tal requerimento, bem como que a quantia pedida era liquida, e que se devia mandar proseguir nos termos do processo com a maior actividade: ainda os recorridos tornaram a instar na sua petição, juntando novos documentos, que foram impugnados pelo ministerio publico, o que não obstante o juiz, por seu despacho de fl. 189, declarou illiquida a execução, que se promovesse a liquidação, sem a qual a execução não podia progredir. O ministerio publico interpoz agravo de petição para a relação do Porto, não teve provimento e interpoz o presente recurso de revista;

Considerando que o supremo tribunal de justiça, em virtude do decreto de 19 de dezembro de 1843, conhece em recurso de revista da nullidade do processo, e da nullidade da sentença, estatuinto que é nullo o processo em que se preferirem as formulas para elle estabelecidas por lei; e sendo evidente dos autos, que, estando contestada a acção nos termos dos artigos 342.º e seguintes da novissima reforma judiciaria, ao juiz da execução só competia, em observancia d'estes, dar novo dia para a discussão e julgamento da causa, na forma que o ministerio publico tinha requerido a fl. 142 v., e ao contrario com manifestada infracção da lei attendeu um requerimento que extemporanea e illegalmente pedia a suspensão da execução, o que tudo torna evidente a nullidade de parte do processo;

Annullam portanto o presente processo desde fl. 164 em diante (ativos quaisquer documentos), e mandam que os autos baixem á 1.ª instancia para se proceder á discussão e julgamento da contestação nos termos do direito.

Lisboa, 17 de janeiro de 1860.—Sequeira Pinto—Aguiar—Caldeira—Ferreira—Grade.—Fui presente, Sousa Azevedo.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 13 de fevereiro de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

AMORTISAÇÃO EM 3 DE MARÇO DE 1860

Aos 3 dias do mez de março de 1860, n'esta cidade de Lisboa, e casa aonde a junta do credito publico celebra as suas sessões, tendo previamente sido convocados o ill.º e ex.º sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, dois directores do banco de Portugal, e diversas outras pessoas, para maior solemnidade d'este acto, foram logo apresentados pelo presidente e membros da referida junta 7 massas, n.ºs 1 a 7, contendo 647 notas do banco de Lisboa, já inutilizadas, todas selladas e de diversos valores, na importância de réis 2:251\$200, recebidas do ministerio da fazenda para serem amortizadas; a saber: massa n.º 1, contendo 306 notas de 1\$200 réis, prata; massa n.º 2, contendo 62 notas de 4\$800 réis, prata; massa n.º 3, contendo 20 notas de 19\$200 réis, prata; massa n.º 4, contendo 6 notas de 4\$800 réis, prata; massa n.º 5, contendo 85 notas de 2\$400 réis, cobre; massa n.º 6, contendo 58 notas de 4\$800 réis, cobre; e finalmente, massa n.º 7, contendo 10 notas de 19\$200 réis, cobre. E tendo sido examinadas e conferidas as referidas notas pelas pessoas abaixo assignadas, se verificou serem 647, e prefererem a mencionada quantia de 2:251\$200 réis, não sendo completado a amortização dos 9:000\$000 de réis, como é determinado por lei, pelos motivos expostos na portaria expedida ao banco de Portugal em

data de 28 de novembro ultimo, que foi communicada a esta junta em portaria da mesma data. Em firmeza do que e para constar legalmente o referido, e para servir á mesma junta de documento de despeza da sobredita quantia que deu entrada na caixa de deposito de papeis de credito, se lavrou o presente termo, que vae assignado pelas pessoas convocadas, e pelo presidente e membros da junta que estavam presentes. E eu Ignacio Vergolino Pereira

Resumo da amortização a que se refere o termo antecedente

NUMEROS DOS MASSOS	NOTAS DE PRATA				NOTAS DE COBRE			TOTAL DAS NOTAS	TOTAL EM RÉIS
	SELLADAS	SELLADAS	SELLADAS	SELLADAS	SELLADAS	SELLADAS	SELLADAS		
	13200	45800	193200	483000	25400	45800	193200		
1.....	306	62	20	6	185	58	10	306	367\$200
2.....	62	20	6	185	58	10	62	297\$600	
3.....	20	6	185	58	10	62	20	284\$000	
4.....	6	185	58	10	62	20	6	288\$000	
5.....	185	58	10	62	20	6	185	444\$000	
6.....	58	10	62	20	6	185	58	278\$400	
7.....	10	62	20	6	185	58	10	192\$000	
	306	62	20	6	185	58	10	647	2:251\$200

Contadoria geral da junta do credito publico, 3 de março de 1860.—Ignacio Vergolino Pereira de Sousa.

Mapa da existencia e amortização das notas do banco de Lisboa, em relação ao capital de cinco mil contos de réis

Capital.....	5.000.000\$000
Notas amortizadas até ao dia 3 de fevereiro de 1860.....	4.963.123\$200
Ditas dito no dia 3 de março dito.....	2.251\$200
Existentes—Réis.....	4.965.874\$400
	84:625\$600

Das notas existentes têm o sello da junta do credito publico 20:322\$200 réis, e não foram ainda selladas 14:303\$400 réis.

Contadoria geral da junta do credito publico, 3 de março de 1860.—Ignacio Vergolino Pereira de Sousa.

DIVIDA EXTERNA

Aos 3 dias do mez de março de 1860, n'esta cidade de Lisboa, e casa aonde a junta do credito publico celebra as suas sessões, tendo previamente sido convidados o ill.º e ex.º sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, dois directores do banco de Portugal, e diversas outras pessoas, para maior solemnidade d'este acto, foram apresentados pelo presidente e membros da referida junta 9:529 títulos de divida externa fundada, na importância de 1.196:289 libras 2 soldos e 1 dinheiro; a saber: 27 bonds do fundo antigo de 6 1/2 %, na importância de 3:700 libras; 2:258 do mesmo fundo de 5 %, na importância de 400:600 libras; 6:821 também do mesmo fundo de 3 %, na importância de 783:600 libras; e 379 debentures, na importância de 7:570 libras e 15 soldos; 44 cantellas de mininos da conversão ordenada por decreto de 18 de dezembro de 1852, sendo 9 da 1.ª classe, na importância de 201 libras e 9 soldos; 14 da 2.ª dita, na importância de 364 libras 15 soldos e 6 dinheiros; 4 da 9.ª dita, na importância de 43 libras 9 soldos e 9 dinheiros; 1 da 10.ª dita, na importância de 3 soldos; 5 da 11.ª dita, na importância de 24 libras 11 soldos e 10 dinheiros; 5 da 12.ª dita, na importância de 54 libras 18 soldos e 7 dinheiros; e 6 da 13.ª dita, na importância de 128 libras 19 soldos e 5 dinheiros; e procedendo-se á conferencia dos supraditos títulos com o

respectivo auto de cancelamento, os quaes tinham sido remetidos pela agencia financeira em Londres para serem amortizados, por se haverem ali recebido, os bonds e debentures para a conversão ordenada pelo decreto de 2 de novembro de 1840, e as cantellas para a conversão ordenada por decreto de 18 de dezembro de 1852, se verificou serem das classes indicadas, e importarem nas mencionadas 1.196:289 libras 2 soldos e 1 dinheiro, correspondentes a 5.220:170\$635 réis pelo cambio de 55 dinheiros sterlinges por 1\$000 réis, os quaes títulos foram queimados e reduzidos a cinza. Em firmeza do que e para constar legalmente o referido, e servir á junta do credito publico de documento de despeza da sobredita importância, que havia dado entrada na caixa de deposito de papeis de credito, se lavrou este termo, que vae assignado pelo presidente e membros da mesma junta, e pelas pessoas que estiveram presentes. E eu Ignacio Vergolino Pereira de Sousa, contador geral, o subscreevi.—Faustino da Gama, presidente—Francisco Isidoro Vianna—Visconde de Porto Covo de Bandeira—Antonio Pedro da Silva Pedrosa—Roberto Inness—Antonio Theofilo de Araújo—José Cordeiro Feio—João Luiz Talone—Bento Correia Ayres de Campos—Francisco Antonio José da Costa—Augusto Xavier da Silva, director do banco de Portugal—José Manuel Leitão, director do banco de Portugal.

Resumo da amortização a que se refere o termo antecedente

QUANTIDADE DOS CREDITOS	CLASSE DOS TITULOS	QUANTIAS A QUE FICAM REDUZIDAS			IMPORTANCIA
		LIBRAS	CAMBIO	RÉIS	
27	Bonds do fundo antigo de 6 1/2 %	3:700	55	16:145\$454	
2:258	" " " de 5 %	400:600	"	1:748:073\$727	
6:821	" " " de 3 %	783:600	"	3:419:345\$454	
379	Debentures	7:570 15	"	33:036\$000	
	44 Cantellas de mininos da conversão ordenada por decreto de 18 de dezembro de 1852:				
9	Da 1.ª classe	201 9	"	879\$054	
14	Da 2.ª " "	364 15	"	1:591\$745	
4	Da 9.ª " "	43 9	"	189\$763	
1	Da 10.ª " "	3	"	135\$	
5	Da 11.ª " "	24 11	"	107\$303	
5	Da 12.ª " "	54 18	"	239\$691	
6	Da 13.ª " "	128 19	"	562\$782	
9:529		1:196:289 2	1	5:220:170\$635	

Contadoria geral da junta do credito publico, 3 de março de 1860.—Ignacio Vergolino Pereira de Sousa.

EDITAIS

O dr. João Baptista de Seixas, administrador do bairro de Alfama da cidade de Lisboa por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde, etc.

Faço saber, que constando n'esta administração, que a irmandade de S. Miguel e Almas, erecta na freguezia de S. João da Praça, se acha em abandono, pelo presente convindo os irmãos da dita irmandade para que no prazo de quinze dias, a contar da data d'este edital, compareçam perante mim n'esta administração, a fim de assignarem termo de continuar na sua administração, sob pena, quando não compareçam, ou compareçam só em numero que não seja sufficiente, de ser a irmandade extinta, e seus bens arrecadados como jacentes, procedendo-se na forma ordenada no decreto de 21 de outubro de 1836. Para constar mandei publicar este edital no *Diário de Lisboa*, e affixar exemplares na igreja parochial de S. João da Praça, e mais logares publicos d'este bairro.

Lisboa, em 1 de março de 1860.—E eu José Maria Valente, escrivão da administração do bairro de Alfama, o subscreevi.—O administrador do bairro, João Baptista de Seixas.

O dr. João Baptista de Seixas, administrador do bairro de Alfama da cidade de Lisboa por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde, etc.

Faço saber, que constando n'esta administração, que a irmandade do Senhor Jesus dos Afflicto, erecta na freguezia de S. João da Praça, se acha em abandono, pelo presente convindo os irmãos da dita irmandade para que no prazo de quinze dias, a contar da data d'este edital, compareçam perante mim n'esta administração, a fim de assignarem termo de continuar na sua administração, sob pena, quando não compareçam, ou compareçam só em numero que não seja sufficiente, de ser a irmandade extinta, e seus bens arrecadados como jacentes, procedendo-se na forma ordenada no decreto de 21 de outubro de 1836. Para constar mandei publicar este edital no *Diário de Lisboa*, e affixar exemplares na igreja parochial de S. João da Praça, e mais logares publicos d'este bairro.

Lisboa, em 1 de março de 1860.—E eu José Maria Valente, escrivão da administração do bairro de Alfama, o subscreevi.—O administrador do bairro, João Baptista de Seixas.

O dr. João Baptista de Seixas, administrador do bairro de Alfama da cidade de Lisboa por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde, etc.

Faço saber, que constando n'esta administração, que a irmandade de Nossa Senhora do Rosario, erecta na freguezia de S. João da Praça, se acha em abandono, pelo presente convindo os irmãos da dita irmandade para que no prazo de quinze dias, a contar da data d'este edital, compareçam perante mim n'esta administração, a fim de assignarem termo de continuar na sua administração, sob pena, quando não compareçam, ou compareçam só em

numero que não seja sufficiente, de ser a irmandade extinta, e seus bens arrecadados como jacentes, procedendo-se na forma ordenada no decreto de 21 de outubro de 1836. Para constar mandei publicar o presente edital no *Diário de Lisboa*, e affixar exemplares na igreja parochial de S. João da Praça, e mais logares publicos d'este bairro.

Lisboa, em 1 de março de 1860.—E eu José Maria Valente, escrivão da administração do bairro de Alfama, o subscreevi.—O administrador do bairro, João Baptista de Seixas.

ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO DO ROCIO

Tendo de proceder-se á numeração dos predios das ruas do largo do Corpo Santo, de S. Paulo, Nova do Carvalho, Alceim, Corpo Santo, praça dos Romulares, travessa do Corpo Santo, Caes do Sodré, calçada do Ferregal e bico da Linheira, segundo o systema adoptado no edital do governo civil de Lisboa, do 1.º de setembro ultimo, prevenim-se os respectivos proprietarios para vir ou mandar saber á administração do bairro do Rocio, no prazo de cinco dias, os numeros que competem aos seus predios, na intelligencia de que, não comparecendo, se procederá na conformidade do que se dispõe nos artigos 12.º e 13.º do mencionado edital.

Lisboa, 3 de março de 1860.—O escrivão da administração, Francisco Maria de Sequeira Pinto.

CASA DA MOEDA

A administração geral da casa da moeda e papel sellado precisa comprar, a prompto pagamento, 60000 arrateis de cobre usado, limpo inteiramente de quaisquer materias estranhas: as pessoas que pertenderem fazer este fornecimento deverão dirigir á mesma administração as suas propostas em carta fechada até á uma hora da tarde do dia 8 do corrente mez de março, em que serão publicamente abertas, para se resolver o que for conveniente.

PRIMEIRA DIVISÃO MILITAR

Sua ex.ª o sr. tenente general conde de Santa Maria, commandante da divisão, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 19 do presente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general, na rua de S. José, o fornecimento de rações de pão para a tropa estabelecida no districto d'esta divisão, e as forragens para os cavallos e mures dos regimentos de artilheria e cavallaria, desde o 1.º de abril até 30 de junho do corrente anno, observando-se as disposições do artigo 44.º do regulamento de 18 de setembro de 1844, portaria de 25 de maio do anno proximo passado, publicada no *Diário do Governo* de 27 do mesmo, n.º 123, e as clausulas e declarações consignadas no contracto do fornecimento actualmente em vigor.

Quartel general da 1.ª divisão militar, em 3 de março de 1860.—José Osorio de Castro Cabral de Albuquerque, addido ao chefe do estado maior.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL

E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admittidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pertencentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 8 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica a compra de 100 arrobas de oleo de linhaça para consumo do arsenal da marinha.

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 9 de março corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 200 metros de serafina branca para consumo da armada.

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 10 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 20 pipas de vinho tinto para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 2 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

PARTE NÃO OFFICIAL
CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 3 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES
Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 73 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Moraes do Carvalho, de que continuando o motivo porque faltou ás sessões anteriores, não pôde comparecer á sessão de hoje, e talvez a algumas das immediatas.—*Intervida*.

2.ª Do sr. Monteiro Castello Branco, de que faltou á sessão de hontem por incommodo de saude.—*Intervida*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Aristides Ribeiro Abranches, participando, que tendo chegado a Coimbra em caminho para Lisboa, teve de partir para Madrid, em consequencia da doença de uma de suas irmãs; contanto porém comparecer na camara dentro em poucos dias.—*Intervida*.

2.º Da direcção da associação commercial do Porto, acompanyando alguns exemplares do relatório dos trabalhos da mesma associação no anno passado.

Mandam-se distribuir, lançando-se na acta, por proposta do sr. secretario Mamede, que foram recebidos com agrado.

3.º Uma representação de dezete officiaes reformados, pedindo serem pagos pela tarifa de 1814.—*A comissão de guerra*.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Tendo o governo, pela secretaria das obras publicas, respondido que não havia n'aquelle ministerio o projecto geral da estrada que deve ligar a parte septentrional das provincias de Traz os Montes e Minho; requiro que, pelo mesmo ministerio, se remetam, com urgencia, a esta camara, quaesquer estudos que se tenham feito, ainda mesmo que não sejam definitivos; assim como quaesquer outros estudos provisionarios ou definitivos, organogramas e projectos de estradas para ligar as duas provincias de Traz os Montes e Minho.—*Barros e Sá*.

2.º Requeiro que, pelo ministerio da guerra, seja enviada a esta camara copia do officio ou ordem, de que dimana a pratica, a men ver lesiva e injustificada, de se fazer perder meio dia de trabalho aos operarios do arsenal do exercito, nos dias em que se lhes paga a feria.—*José Maria Frazão*, deputado por Lisboa, circulo 112.

São remetidos ao governo.

Tambem é mandada ao governo a seguinte nota de interpellação:

Desejo interpellar a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar, em relação ás nossas possessões:

I Sobre a necessidade de se estabelecerem algumas vantagens e garantias para os empregados de justiça que servem no ultramar.

II Sobre a organização e ordem dos diferentes cartorios dos mesmos empregados.

III Finalmente, sobre as leis do processo que se acham adoptadas nas diferentes comarcas e relações.—O deputado pela ilha de S. Thomé, Bernardo Francisco de Abranches.

Tem segunda leitura o seguinte requerimento:

Requeiro que o projecto por mim apresentado n'esta camara, para a fundação de colonias agricolas, que foi distribuido á comissão de administração publica, ouvida a de legislação, seja distribuido á comissão de agricultura, ouvidas as de administração e de legislação.—*Moraes Soares*.

É approvado.

Tambem tem segunda leitura um projecto de lei dos srs. Camara Leme e Mousinho de Albuquerque, sobre reformas e recompensas militares.

É enviado á comissão de guerra, mandando-se imprimir no *Diário de Lisboa*, como requereu o sr. Camara Leme.

O sr. Palma:—renova a iniciativa do projecto de lei n.º 128 da comissão de fazenda, apresentado na sessão de 1857.

Este projecto refere-se a treze pensões que o governo decretou, transportando-se o decreto de algumas a 1857. Crê que todas as pensionistas, que o governo contemplou, são dignas de muita attenção, mas entre ellas figura a viuva do sr. visconde de Santarem, homem notavel no nosso paiz, e que nos honrou no estrangeiro.

Espera pois que a comissão de fazenda, attendendo a que este projecto já esteve dado para ordem do dia, mas que se não chegou a votar por falta de numero, o trará á camara com toda a brevidade.

O sr. Bivar:—apresenta cinco representações de officiaes inferiores do exercito, pedindo alteração na lei, que regula a promoção dos sargentos.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—renova a iniciativa de um projecto de lei, e manda para a mesa tres pareceres da comissão de obras publicas.

O sr. Monteiro Castello Branco:—aproveita a occasião para dizer que deseja ser informado pela mesa, se foram remetidos ao sr. ministro das obras publicas os requerimentos que apresentou na sessão do dia 23 do mez passado, para que s. ex.ª remet-

tesse a esta camara os relatorios de todos os engenheiros que foram encarregados de estudar a directriz para a estrada da Beira entre Coimbra e o Ceira, não devendo protrahir-se a satisfação d'estes requerimentos.

Lembra ainda que a interpellação annunciada pelo sr. Furtado, e em que elle requereu pediu para tomar parte, assim como o sr. Secco, não convem que seja retardada.

O sr. Figueiredo Pariz:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho da Povoia de Vazim, que tem a honra de representar, em que pede lhe seja concedida uma sexta parte do rendimento annual dos direitos do pescado que se cobram n'aquella villa, com exclusiva applicação aos concertos e reparo que precisa o pardão que serve de resguardo e abrigo á barra da primeira pescaria do paiz.

Este pedido, alem de modesto, é de toda a justiça e grande necessidade, não só para augmento da terra, como dos mesmos direitos do pescado, que por certo serão muito depreciados, se de prompto se não derem as necessarias providencias no sentido de prevenir a ruina, e melhorar a dita barra; e por isso pede ás illustres commissões, a quem tem de ser submettida aquella representação, a tomem na devida consideração, dignando-se dar o seu parecer com a brevidade que lhe seja possivel.

Os srs. Freitas Soares, Abim, Palmeirim e Santos Lessa mandam para a mesa requerimentos, aos quaes se ha de dar

Antonio Joaquim Ferreira Pontes
Francisco Lopes Gavinho Tavares de Carvalho
João Carlos Gambôa de Mello e Minas
Joaquim Cabral de Noronha e Menezes
José Dias Ferreira
José Maria do Rojo
Simão Maria de Almeida.

PETIÇÕES

João Rebelo da Costa Cabral
José Maria da Silveira e Menezes
Antonio Eleuterio Dias da Silva
Cypriano Justino Costa
Plácido Antonio da Cunha e Abreu
Manuel Bento da Rocha Peixoto
Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu
Augusto Zeferino Rodrigues
Domingos de Barros Teixeira da Motta.

EXAME DE CONSULTAS DAS JUNTAS GERAES

DOS DISTRITOS

Luiz Teixeira de Sampaio Junior
Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco
Manuel Carlos de Azevedo Pinto
José Carlos Infante Pessanha
José Guilherme Pacheco
Fortunato Frederico de Mello
Jacinto José da Silva e Andrade
João Cardoso Ferraz de Miranda
Lourenço Correia Manuel de Aboim.

PARA O MELHORAMENTO DO DIÁRIO DA CAMARA

E EXTRACTO DA SESSÃO

Antonio José d'Ávila
Antonio José de Barros e Sá
Custodio Rebelo de Carvalho.

PISCARIAS

Carlos Bento da Silva
Faustino da Gama
Filipe José Pereira Brandão
Francisco de Almeida Coelho de Bivar
João dos Reis Castro Portugal
José da Costa Sousa Pinto Basto
José Joaquim Alves Chaves
D. Rodrigo José de Menezes
Rodrigo de Moraes Soares.

SAUDE PUBLICA

Dr. Francisco Martins Pulido
Thomás de Carvalho
Francisco Diogo de Sá
José Pedro Antonio Nogueira
Bento de Freitas Soares
Domingos Garcia Peres
José Maria Frazão
Luiz Vicente de Affonseca
Luiz Albano de Andrade Moraes.

O sr. Sá Vargas (sobre a ordem):—manda para a mesa, por parte da comissão de verificação de poderes, o parecer sobre as eleições do districto de Ponta Delgada.
A imprimir.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DA RESPOSTA AO DISCURSO DA COROA

O sr. Silva Cabral (continuando o seu discurso interrompido hontem):—abstem-se de fazer preambulos, e de entreter a camara com o que então disse, para seguir com singeleza o curso das suas idéas, tratando de conceituar, na maior generalidade, a politica do ministerio em relação aos interesses publicos.

Foi debaixo d'este ponto de vista, que havia na sessão passada principiado a referir-se á reforma feita pelo ministerio, e é ainda sobre o mesmo aspecto que continuará a tratar d'esta materia.

Com que fim, pergunta o orador, alucinharam os srs. ministros de reforma, o que é a negação d'ella? Ignoravam qual a reforma que a conveniencia publica reclamava, significando não o augmento, mas a diminuição da despesa! Não sabiam que toda a reforma, na sciencia politica, se reduz a uma questão de credito, de finanças! E o que se fez n'esta reforma senão contrariar este grande pensamento, e sem necessidade nem utilidade do serviço?

Colocado o ministerio n'este perigoso declivio, pende, por necessaria consequencia dos factos, para o caminho do arbitrio. São muitos os actos que o demonstram, e d'elles, assim como da reforma, tratará em occasião opportuna, contentando-se, por agora, com considerar a questão politica, como já disse.

O ministerio, que tinha recebido provas da maior condescendencia da parte da camara dissoluta; que tinha contrahido com ella a obrigação moral de lhe dar conta do uso que havia feito das autorisações que lhe concedera; que no proprio dia destinado para a dissolução, deveria cumprir o preceito imposto pelo acto adicional de apresentar o orçamento, devia prevenir e prever, o não ter de cair na tentação da dictadura, quando diante de si estava a lei da prorrogação do prazo para a troca e giro da moeda, e a lei eleitoral. Sem motivo, ostensivamente plausivel, aconselhou á coroa o acto da dissolução, sophismando d'estarte o artigo 74.º § 4.º da carta constitucional, segundo o qual pôde ella ter logar somente quando o exigir a salvação publica.

Será arbitrário dar ás palavras uma significação differente do que ellas comportam? Poderam-se aquellas palavras na carta por ociosidade ou para significar um grande pensamento, que tem toda a relação com a independencia dos poderes politicos? Não tendo havido motivo algum para a dissolução, é claro que o ministerio obrou contra o genuino sentido da carta, contra a genuina significação dos verdadeiros principios politicos.

Transviados assim os srs. ministros do verdadeiro caminho constitucional, não pôde causar admiração, que depois marchassem de erro em erro, de infracção em infracção.

Por um acto ministerial, simplesmente ministerial, porque foi por uma portaria, mandou-se ás repartições publicas que continuassem a receber, depois dos termos marcados na lei de 29 de março de 1859, a moeda antiga, pedindo-se o mesmo aos presidentes ou directores dos estabelecimentos monetarios ou commerciaes.

Ora, quando o governo se torna o auctor moral d'esta infracção, não podia ter absolvição, porque a commettera, podendo-a ter evitado.

E eis aqui a razão por que, desligada a questão da conveniencia da da constitucionalidade, quando agora veio á camara a lei, votou com o maior prazer sobre essa conveniencia, com quanto não podesse conceder o *bill* de indemnidade, que não concedeu.

Pelo que respeita á lei eleitoral de 23 de novembro de 1859, todos sabem que é principio invariavel, por todos os direitos civis do mundo, e pela nossa legislação, que as leis, publicadas que sejam, passado certo tempo, devem necessariamente vigorar, e obrigam tanto os povos como os ministros; no entretanto esta lei publicou-se, havendo, no artigo 1.º d'ella, a expressa determinação de que continuassem a observar-se as disposições do decreto de 30 de setembro de 1852, n'aquillo em que as não alterava ou revogava; revogando-se toda a legislação em contrario no artigo 48.º; e ensinando-se a applicar o seu verdadeiro pensamento em um artigo transitório.

Ora, será verdade que esta lei tem em muitos pontos, que dizem respeito ao recenseamento, disposições inteiramente contrarias ás do decreto de 30 de setembro? Ninguém o negará. Será verdade que, em consequencia da disposição d'ella, não poderiam verificar-se os recursos, ou completar-se esta operação senão em junho? Também é uma verdade.

Por consequencia, quando no decreto para as eleições, depois de já estar a lei em vigor, ella se tornou para se dar execução ao decreto de 30 de setembro, foi manifestamente infringida, por isso que, estando em vigor, estava morto o decreto.

Não admira ainda, que, marchando assim o governo de desconsideração em desconsideração para com a lei, pela occasião de dar execução á lei de 27 de julho de 1855, a lei do recrutamento, saísse fora dos termos d'ella, tratando unicamente dos fins, sem curar da illegalidade dos meios. De toda a parte, de todos os angulos do paiz se ergue um clamor unisono a condemnar essa jurisprudencia barbara, que debaixo do pretexto de *refractorios* se estabeleceu para dar logar aos maiores excessos, que não só se praticaram com as classes do povo, mas chegaram a pessoas muito respeitaveis, tocando até com alguns dos representantes do paiz, dois dos quaes mesmo na capital se viram agarrados pela policia como refractorios.

Se a lei era má, porque não a reformaram? Não tinha havido bastante tempo para se fazer a experiencia d'ella? E effectivamente não tinham os srs. ministros vindo pedir ao parlamento as emendas e alterações que julgaram convenientes, quando apresentaram a proposta que deu em resultado a lei de 4 de junho de 1859? Se eram necessarias mais alterações, pedissem-nas, mas nunca se seguiu essa politica de cordel, que em algum tempo existiu, porque isso era retrogradar em vez de avançar. E mais é para notar que assim acontecesse, quando esta lei tinha já effectivamente tido execução em muitos districtos, e execução favoravel, porque muitos tinham apresentado os contingentes inteiros que lhes tinham pertencido; e que prova que o mal não vinha da lei, mas das autoridades, e se as autoridades o fazem por inercia ou por desleixo, não quer elle, orador, saber, porque a responsabilidade cáe directamente sobre o governo.

Mas dizéis vós, exclama o orador: «foi uma necessidade, porque cumpria dar baixa áquelles que já tinham pago o tributo de sangue!» Está conforme com isso, mas onde se viu desculpar-se uma infracção, fazendo outra infracção? O que era necessario era saber, se o que se fez se podia fazer nos termos da lei, e quando se meditasse bem na sua disposição, se conheceria que não havia motivo algum para se proceder como se procedeu.

Houve autoridade que mandou chamar um administrador do concelho e lhe disse, que em vez de dar a guia aos que a fossem buscar, nos cinco dias marcados para isso pela lei, os prendesse e os trouxesse, porque era muito natural, segundo os habitos em que estava o povo, que elles nem fossem buscar a guia! E será d'esta maneira que a lei se cumpre?

Não quer fallar de como grande numero d'esses recrutados foram conduzidos para o deposito de Mafra, da immensa despesa que d'ahi resultou para o estado, despesa sem autorisação legal, do incommodo que causou aos povos, do fim para que foi todo o exercito em grandes destacamentos, porque tudo isto naturalmente ha de ser tratado mais em especial; e então se verá não só a enorme quantia que se gastou, mas igualmente se n'esses mesmos recrutados vieram individuos que não deviam ser mandados.

Outra questão importante era a da concordata. Todos sabem, que, assignado este tratado em 21 de fevereiro de 1857, foi approvado pela lei de 21 de julho, com as alterações que se fizeram n'essa lei para serem introduzidas no tratado; todos sabem que estas alterações não tiveram resultado, porque, não obstante as promessas que lhe consta se fizeram por parte do nuncio, quando este tratado chegou a Roma não se quiseram aceitar essas alterações, assim como era sabido por todos, que, em consequencia d'isto, veio pedir-se nova autorisação ao parlamento. E a lei de 9 de abril de 1859, e n'esta lei se diz positivamente, que o ministerio dê conta ás cortes d'este tratado. Todavia, o ministerio annunciou já na primeira sessão da camara dissoluta a ratificação da concordata, e estamos em 3 de março, e, não obstante se conhecer que ali ha disposições inteiramente antinomias com as declarações que se tinham prometido introduzir na concordata, não obstante ainda á camara se não deu a conta que a lei manda.

O ministerio devia, mesmo dado o caso de que não houvesse essas alterações, vir immediatamente dar conta, mas havendo alterações é essencialissimo, e parece desconsideração, não para com o objecto, mas para com o parlamento, não vir dar conta de um assumpto tão importante.

Se as alterações que se propozeram não estão incluídas na concordata, que contas ha de dar o ministerio da maneira como procedeu n'este negocio? A final creio que teremos outro *bill* de indemnidade, e assim estabeleceremos como jurisprudencia politica no nosso paiz, que os *bills* de indemnidade formam uma das principais regras constitucionaes d'ella.

Mas estas infracções, por importantes que sejam, na presença da verdade politica, e da genuinidade dos principios, não são de certo tão graves como outras que o ministerio commetteu em relação ás leis da fazenda.

O ministerio excedeu as autorisações para as reformas, e embora estas reformas das repartições superiores trouxessem um augmento de despesa consideravel, que de certos os srs. ministros não poderiam fazer, com relação ao já praticado e reformado, ou com relação ao que se projecta, e que vem nas ultimas propostas, excessos que se não pôde talvez calcular em menos de 150.000.000 réis; esse excessos contudo foi muito mais longe, por isso mesmo que com elle se foi de encontro ao pensamento com que se tinham vindo pedir essas autorisações, e sobre tudo ao sentimento publico com relação a esses melhoramentos. N'este objecto não houve excessos em pequena quantia, houve excessos quasi na totalidade, ou pelo menos em dois terços.

Não é preciso mais do que ler o relatório do sr. ministro da fazenda, para se conhecer que houve objectos, que ali vêm mencionados, que merecem um *bill* de indemnidade. Este relatório, comparado com outro que ha pouco apresentou o ministro da fazenda inglez, cujo differente é nos principios, quão differente nos meios, quão differente nas vistas que ali se apresentam!

Mas se verdades pungentes não saem da sua leitura para o paiz, que omittes se não vêm também ali praticadas? Que novos encargos se não preparam para o povo, não só no presente mas no futuro, e com que fallazes esperanças ou promessas se não procura attenuar a gravidade dos pedidos que faz o ministerio!

Pelo relatório se conhecem as seguintes palpariezas verdades que devem ficar na memoria de todos: primeira, que a nossa receita de ha muitos annos tem sido insufficiente, por isso que temos vivido sempre de credito; segunda, que ainda agora, apesar de novos tributos se terem creado, continua a ser insufficientissima a receita, e portanto, é ainda preciso lançar mão do credito, e do credito não só para os melhoramentos materiaes, como estradas e caminhos de ferro, mas mesmo para cubrir o *deficit* ordinario, e mesmo para outras cousas que o ministerio não menciona.

Mas o relatório não fica só n'este ponto: não é só aqui que principia a patear a verdade da nossa situação: o relatório apresenta mais a confissão que acabou de mencionar, a desviação das differentes receitas applicadas para os caminhos de ferro, e continuando pede o *bill* de indemnidade; e como

se o governo tivesse manifestado e devidamente empenhado a sua obrigação, pede novas autorisações para o futuro, e pede novas autorisações não só para supprir esse vacuo que tinham feito as suas desviações, mas para as novas despesas, sem de maneira alguma se excluir a mesma despesa ordinaria, para o que continua a confessar que não chega a receita publica.

Ha, segundo se lembra, na historia um só exemplo d'onde se pôde suppor que os srs. ministros podessem tirar modelo para o seu procedimento: offerece-o a historia franceza na chronica de Luiz XI. Conta-se d'este monarcha, que não tinha nada de dissimulado, que trazia pendente do seu chapéu uma imagem de Nossa Senhora, e que sempre que acabava de commetter ou de fazer commetter uma das suas façanhas, ajoelhava-se e pedia perdão pelo facto que tinha praticado, mas como tinha já na tenção de praticar outros, pedia logo perdão para o seguinte. O ministerio assim fez: depois de ter infringido, como elle mesmo confessou, muitas vezes as leis, desviando a receita publica da sua verdadeira applicação, vem pedir o *bill* de indemnidade, e diz logo ao parlamento, quero mais autorisações, ou por outra, pede nova materia e nova occasião para continuar o que os seus precedentes autorisaram. Eis-aqui o verdadeiro estado que nos apresenta o relatório.

A politica do ministerio, pois, segundo se vê, é uma politica nova e *sui generis*: para o passado por mais esquecimentos ou infracções que haja de lei, absolvição plena; para o futuro, novos recursos e novas autorisações. A confiança não costuma de maneira nenhuma conferir-se, nem commercialmente nem politicamente, senão para aquelle que com exactidão cumpre os seus deveres; e quando n'este ponto se vê o contrario disto, parece-lhe temerario esperar que o parlamento autorise a continução de um similhante systema.

Mas o sr. ministro da fazenda, apresentando á camara o estado da fazenda, segundo elle entendeu, não apresenta o quadro completo; ao passo que apresenta as suas medidas, devia apontar os encargos que essas medidas trazem, e ver se o paiz pôde com uma carga tão pesada; ver se ha recursos no paiz para poder satisfazer a tantas obrigações.

Em quanto importava a nossa divida em julho de 1853? Importava a divida externa em libras 2.500.000, e a interna em 14 mil e tantos contos. Depois d'esse tempo até 3 de dezembro de 1852, isto é, em 19 annos, quanto cresceu esta divida? A que somma enorme não chegou ella? A divida externa passou de 2.500.000 libras a perto de 10.000.000, e a divida interna passou de 14 a 36.000.000.000! E isto quando tinhamos passado por uma epocha em que se tinham vendido grandes sommas de bens nacionaes, quando se tinha feito a conversão forçada de dezembro de 1852, pelo qual se diminuiu no capital uns poucos de mil contos; e contudo, n'aquelle decreto promettia-se que esse corte feito forçadamente aos donos de inscripções ou *bond-holders*, não era senão dirigido a organizar a fazenda publica. E organisou-se ella? Ah! estão as provas do contrario no relatório, e ali estão tambem os factos.

Desde 1852 até 1859 quanto cresceu a divida interna e externa? A divida externa passou de 10 a 15 milhões, e a divida interna cresceu só n'este periodo 24 a 25.000.000.000. Aqui está o verdadeiro quadro do nosso estado com relação ao passado, havendo ainda muitas verbas que têm de ser consideradas no calculo quanto á divida interna.

Até aqui o passado, agora o futuro. Que nos propõe o relatório do sr. ministro da fazenda, porque este tem exactamente uma relação intima com a politica do ministerio, porque a politica é a base das finanças, e as finanças são companheiras inseparaveis da boa politica; quanto é que pede o sr. ministro da fazenda no seu relatório para caminhos de ferro? 12.000.000.000 réis. A estes 12.000.000.000 réis têm necessariamente de se ajuntar as sommas para as estradas, porque é especialmente para os caminhos de ferro que são pedidos estes 12.000.000.000 réis; têm de se ajuntar as consolidações dos atrassados, e tem de se ajuntar, segundo as proprias expressões do relatório, o necessario para se cubrir o *deficit*: todas estas quantias aproximadamente não poderão andar por menos de 9 a 10.000.000.000 réis, e juntando-lhes os 12.000.000.000 réis para os caminhos de ferro, teremos de 21 a 22.000.000.000 réis.

Que somma de papéis seria necessaria para realisar este capital? Se por um simples boato, como disse o sr. ministro da fazenda no seu relatório, os nossos fundos desceram em Londres de 48 1/2 a 46, que força de acção funesta não poderia exercer uma emissão tão avultada no mercado de Londres, ou em outro qualquer? Suppondo que esta descida por uma tão avultada emissão passasse a 30, que quantia de papéis teria que se emitir? É claro que os 21.000.000.000 réis não poderiam alcançar-se se não com 71.000.000.000 réis em papéis. Ora, d'aqui á completa destruição do nosso estado financeiro, parece-lhe que se não pôde dizer que fique muita distancia.

O credito tem um tacto finissimo, e tem uma previsão muito grande, e não se pôde deixar de conhecer que as medidas do sr. ministro da fazenda, ainda mesmo quando fossem votadas pelo parlamento, são inteiramente negativas.

O credito conhece que existe ainda o mal das nossas vinhas, por nossa desgraça; o credito conhece a escassez das colheitas que tem havido ha muitos annos; o credito conhece o diminuto producto do nosso azeite, e de muitos outros productos agricolas; o credito conhece de mais a mais que nós temos passado, não ha muito tempo, por duas calamidades, e que estas ainda estão imminentes no nosso thesouro, sendo necessario socorrer muitos dos orphãos ou viuvias, que ficaram das suas victimas; o credito conhece tudo isto, e por isso tambem prevê que, ainda que o parlamento vote estas medidas, o povo está nas circumstancias de não poder pagar os tributos que ellas contém: o povo não pôde dar a conta tem, e ainda que o fisco se exerça com toda a crueldade contra os contribuintes, isto não será senão um mal mais para o paiz.

E não tem o ministerio um exemplo n'um contrato, que lhe prova claramente quanto deve ser acatellado n'esta materia de credito? Não se vê, ou não se sabe pelo relatório o desgraçado resultado do contrato Erlanger & C.º de Fribourg? Que se diz no relatório sobre este objecto? Diz-se que, estando os nossos titulos em Londres a 43, e não dá o cambio como verdadeiro, porque não teve tempo de verificar se era exacto, o governo negociou este emprestimo a 40; por consequencia, deu um *bonus* de 3 por cento ao negociador do emprestimo, porque na praca estavam a 43. Como é que em um negocio com um particular se não foi procurar o preço da praca? E não se podia dizer com verdade que este fosse só o lucro do negociador, porque n'aquelle tempo aquelles titulos já tinham um semestre vencido.

Foi em consequencia d'estas e de outras que veio a ordem a Portugal do barão de Rothschild para se venderem por conta d'elle os 140.000.000 de inscripções que aqui tinha, porque dizia, que á vista de uma emissão tão grande de inscripções, não podia de maneira alguma confiar no credito portuguez. E foi d'estas e de outras que veio a reunião que fizeram os *bond-holders* para se pronunciarem contra esta emissão pelo perigo que temiam para a sua propriedade.

E bello pôr em acção todos os esforços para fa-

zer grande e prospera a nação a que se pertence; mas pelos meios que a razão reprova, e os bons principios repugnam, não é progresso, é retrocesso, é morrer.

O credito não se funda senão na confiança, e a confiança não pôde vir se não da fiel observancia dos contratos, e das garantias de que elles serão cumpridos; mas desde que em vez d'isto se apresenta a prodigalidade e a desordem, tanto no uso do credito, como mesmo nas repartições do estado, é impossivel acreditar que se possam ter bons resultados do uso do credito em similhantes circumstancias; e por isso quanto mais se augmentar a divida nacional, o perigo será maior.

Relativamente ao ministerio de obras publicas aponta algumas irregularidades que se têm dado depois da nova reforma d'esta repartição, notando especialmente, que fôra mandado para o Porto um individuo d'esta repartição, que é bacharel em direito, para fiscalisar os trabalhos de uma companhia de obras publicas de que é accionista; e refere-se igualmente a algumas accumulações de vencimentos que se dão em differentes empregados, observando que um de segunda ordem tem vencimentos superiores aos membros do supremo tribunal de justiça, pois que chega a prefazer a quantia, entre ordenado, gratificações, emolumentos e indemnisações, 1.600.000 rs. Finalmente com tantas accumulações de vencimentos, e tantas sinecuras que ha n'esta repartição, e n'outras, não é possivel que os recursos do estado cheguem; e por tanto é preciso uma providencia que possa de alguma maneira cohibir todos estes desvios feitos por sympathias pessoais; nem podem attribuir-se a outra cousa.

O mal é grande, o tão grande que muitas pessoas graves, cuja opinião respeita, descoroçoam do remedio.

A Inglaterra e a França tem passado por grandes crises, mas com a prudencia dos seus governos e com a perseverança de certas medidas, fizeram com que aquellas nações remediassem os seus males passados; mas entre nós tem a convicção profunda de que nada se conseguirá em vista do systema que o ministerio segue.

Como é possivel acreditar que os srs. ministros não de applicar alguma verba de receita publica para os melhoramentos de que o paiz carece, e mesmo acreditar que ss. ex.ªs têm esses melhoramentos a peito, se vê que tendo o parlamento votado grandes dotações para esse fim, os ministros as desviaram da sua verdadeira applicação, contrariando assim pelos factos o que asseveram pelas palavras?

O paiz carece de muitas reformas, mas não é da ordem d'aquellas que os srs. ministros fizeram. Os ministerios da guerra e da marinha carecem de grandes reformas, no sentido de acabar com muitas sinecuras; outras repartições estão no mesmo caso; e sobretudo é necessario simplificar o serviço para se reduzir o pessoal ao estritamente necessario; em quanto isto se não fizer, não pôde haver a economia tão necessaria para o nosso arranjo financeiro.

É preciso reduzir o numero dos governos civis, extinguir alguns bispados. É preciso em fim cortar muitas despesas que se estão fazendo improficuas e inutilmente, e parar no systema até aqui seguido, de que quanto menos recursos ha, mais se augmenta a despesa, de maneira que d'este modo o *deficit* ha de ser sempre permanente.

Finalmente, em vista das ponderações que tem feito, dos factos que ha apontado, e do systema que o actual ministerio segue, não pôde de maneira alguma apoiar a politica do ministerio, e quando se tratar de votar os paragraphos da resposta, que têm relação com a politica do gabinete, terá de votar contra.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—tambem não vem fazer o elogio de algum, tambem não vem curvar-se a considerações indignas do seu caracter! Respeita a verdade e a sua consciencia, tem consideração pelos interesses do seu paiz, e ha de, sem faltar a nenhuma d'estas ideas, que são as que o tem dirigido sempre na sua vida publica, dizer a verdade como a entender, e mostrar aos representantes do paiz, no seio dos quaes se se acha, que as accusações que o illustre deputado quiz fazer pesar sobre o actual gabinete, não podem ser por este acceitas.

É facil dizer que estamos á borda de um abysmo. Ouve isto constantemente no parlamento, assim o lê nos jornaes, mas aos que isto indicam ainda não ouviu, nem viu apresentar o remedio, nem apresentaram como novos *Cervicos* para salvar a patria!

É facil citar os erros dos outros; é facil arguir do que se praticou e não praticou, mas é heroico, é grande, e n'esta parte respeita a posição dos seus adversarios, quando vê que chegam ao seio do parlamento, e esquecendo-se tambem dos proprios erros passados e de suas desgraças antigas, lançam a luva a todos, dizendo ao governo, que geme debaixo de accusações, que só estão na sua mente.

A camara ouviu hontem, entre as observações que s. ex.ªs apresentou, fazer-se até o processo da liberdade! A liberdade, que s. ex.ªs disse que tinha servido só para definhão do commercio, abater a industria, agrihoar a agricultura, incitar as revoluções, e agitar e estimular as paixões politicas! Aqui n'este logar, no meio dos representantes do povo ouvir-se uma voz, e essa voz foi a do illustre deputado, por censurar e fulminar a liberdade!

Onde estão os desastros, os crimes, e as faltas commettidas, não pelo actual ministerio, porque s. ex.ªs atacou todos os ministerios, todos os partidos, e todos os homens que têm administrado o paiz antes do governo actual, onde estão esses desastros, esses crimes, e essas faltas praticadas pelo governo e que tem trazido o definhamento do commercio, o abatimento da industria, e o agrihoamento da agricultura? Não os vê, nem n'este governo, nem nos que o antecederam; e ao ouvir o illustre deputado parecer-lhe ouvir um advogado do antigo regimen que stigmatiza os principios do systema que nos rege. Pareceu-lhe que não era um homem d'esta epocha, e do partido e gremio politico liberal que veio ao parlamento esquecer tantas reformas, tantas e tão grandes medidas que em epochas mais remotas, mas já nos nossos tempos de liberdade, enobreceram o partido liberal!

A agricultura deve o que é ás leis do immortal imperador (*apoiados*); deve o que é a um grande e illustrado espirito d'esta epocha, o sr. Mousinho da Silveira (*apoiados*); a agricultura deve o que é á extincção das alcavallas que pesavam sobre ella. E em retribuição de todos estes beneficios que afora da liberdade, foi annunciada á camara como agrihoada por essa liberdade!

A industria deve a sua existencia e o seu desenvolvimento a um caracter respeitavel, e de quem elle sr. ministro se presá de ser amigo, e que não vê presente. Sejam quaesquer que forem as opiniões que cada um individualmente professe sobre os principios da liberdade ou de protecção do commercio, não pode, em vista dos factos, dizer-se no parlamento, que a industria e a agricultura têm sido agrihoadas e espinhadas em nome da liberdade (*apoiados*).

As paixões politicas, os odios politicos, e as revoltas! Quem é que pôde levantar e atirar a primeira pedra? Mas quem são os revolucionarios, quem são aquelles que alimentam odios e rancoros no coração?

A liberdade é grande, é bella, mas os fructos

mais deliciosos podem ter alguma parte amargosa, como condição indispensavel da sua existencia. Não é para admirar que depois das revoluções politicas por que temos passado, revoluções que fizeram nascer as leis altamente liberas, pelas quaes o paiz se rege, se tenham succedido esses abalos que entre nós, como n'outros paizes, se fizeram sentir; e que se não podem imputar aos homens, nem á liberdade onde nasceram.

O que sente é que o illustre deputado venha á tribuna parlamentar, d'onde se conservou ausente ha tantos annos, para apontar para os vicios e para os defectos dos outros, para erros que não se commetteram agora; e alem d'isso venha fazer programas governamentais impossiveis de realisar, e dizendo ao mesmo tempo, no meio da representação nacional, que o paiz não pôde pagar mais impostos; que o que o governo propõem é impossivel; que o fisco pôde ir fazer gomer e vender lagrimas aos contribuintes, mas não pôde arrancar-lhes a contribuição que lhes é distribuida. Sente que o illustre deputado, depois de dizer tudo isto, de ter condemnado todos estas faltas, denunciado todos estes erros, mostrado todos estes inconvenientes, não dissesse uma palavra pela qual mostrasse á camara e ao governo qual o verdadeiro caminho por onde se devia guiar.

E pena, é para deplorar que com argumentos exactos, com cifras que não representam a verdade, com factos que não vêm para o caso, o illustre deputado fizesse um discurso que é improprio de um homem que está na sua situação, de um homem que já foi ministro; é improprio de um homem grave e serio, que ama o seu paiz (como acredita que s. ex.ªs ama) viesse atacar não só o governo, mas atacar o credito publico (*apoiados*); vindo dizer que estamos á borda de um abysmo, e que estamos cavando a ruina do paiz!

De que serve, quando se rasgam vastos horizontes, quando se levanta a voz e se querem apresentar idéas grandes, quando se quer atacar a politica do governo debaixo do ponto de vista geral, quando a grandes traços se quer apreciar o ministerio e os seus actos, de que serve descer a circumstancias meticulosas, a factos isolados, a considerações limitadas e mesquinhas, que se possam apontar contra a administração d'este ou d'aquelle ministro, ou d'este ou d'aquelle ministerio, mas que não prejudicam de sorte alguma, nem o pensamento governativo do gabinete, nem as suas aspirações, nem as suas propostas? Supponha-se por um momento que o sr. ex.ªs disse é exacto, e que o são tambem as suas apreciações, que ha um empregado, dois ou tres, frindendo mais de um vencimento por vontade do governo, accumulando esse empregado diversos vencimentos, sem ter a seu favor a lei; supponha-se que tudo isto é exacto, que não é, como ha de mostrar á camara; deixa contudo de ser exacto que o illustre deputado, que veio depois de dez annos de ausencia de parlamento, levantar a sua voz para mostrar o caminho da salvação, apresentou as asserções que a camara ouviu, sem mostrar o fundamento das accusações que fez ao gabinete, e a respeito das quaes não ha rasões plausiveis para as apresentar?

E com repugnancia que falla n'este negocio, porque a elevação do debate que occupa a camara não merece que se desça ao ponto de trazer á discussão pessoas que, embora se não digno o nome, todos lhe põem o dedo em cima (*apoiados*); e por isso não tem remedio senão responder á accusação que s. ex.ªs dirigiu ao governo, quanto ás accumulações de vencimentos.

Se s. ex.ªs acha más as accumulações a que se referiu, propoza a reforma da lei; é deputado, tem a sua iniciativa, use d'ella. Porventura, é um acto particular e pessoal do governo, como algum pôde pensar, o fazer applicar essas accumulações a certos individuos? Não é. O empregado a quem s. ex.ªs se referiu, accumula o ordenado, gratificações e emolumentos, porque a lei lho permite (*apoiados*), e o que o illustre deputado disse, não foi senão para fazer effeito no publico, para fazer persuadir que o governo accumula sobre os seus favorecidos as vantagens que podia distribuir por outros. Mas saiba a camara, que a accumulção a que se referiu o illustre deputado importa uma economia de 800.000 réis, porque se o cavalleiro a quem o illustre deputado se referiu fosse chamado para o seu tribunal, teria de ser nomeado outro empregado para o logar que elle largava, a quem teria de se dar 800.000 réis de ordenado, como está descrito no orçamento. Aquillo, pois, que s. ex.ªs viu como desperdicio, é uma economia, e uma economia a bem do serviço publico, uma economia no sentido da boa administração na repartição dirigida por esse cavalleiro, digno de toda a consideração pela sua illustração, capacidade e mais titulos honrosos que o acompanham (*apoiados*).

Tendo dado a hora fica com a palavra reservada para a sessão de segunda-feira.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de segunda-feira a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—*Erão 4 horas da tarde.*

No requerimento do sr. Teixeira de Sampaio Junior, publicado a pag. 198, 2.ª col., onde, a lin. 4, se lê—tornar no centro da villa—leia-se—edificar no centro da villa—; e onde, a lin. 7, se lê —o terreno para a construção—leia-se—o terreno para a construção.—

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra.—No *Combricense* lê-se o seguinte: «Segundo tinhamos annunciando, devia hoje principiar n'esta cidade o julgamento de 10 criminosos de moda falsa.

«Como, porém, estão ausentes algumas testemunhas essenciaes, achando-se até quatro d'ellas em Lisboa, ficou adiada a decisão da causa para o dia 17 de abril, devendo entretanto ser inquiridas essas testemunhas por deprecações.»

Porto.—Já são conhecidos os promotores, escreve o *Commercio do Porto*, do incendio que ultimamente houve na casa do largo de S. Christim, que habitava o sr. José Alves de Castro.

O caixeiro foi conservado até hontem em casa do sr. administrador do primeiro bairro, e segundo as suas declarações, o foggo não foi casual, mas sim lançado por um gallego, por ordem do patrão, em quanto este e elle caixeiro estavam no theatro. Dias antes tinha-se dado como perdida a chave da porta, e mandado fazer outra para a mesma fechadura. Presume-se que a chave que se deu como perdida é a do que o gallego se serviu para abrir a porta e ir lançar o foggo, que parece foi pegado na loja e no ultimo andar. Tanto o patrão como o gallego desapareceram.

As testemunhas depozeram que uma porção de saccas de arroz, e meia pipa de aguardente, foram dias antes levadas para casa de Manuel Soares de Almeida, que tem loja de mercearia em Miragaya, e que tambem se acha em custodia no quartel do Carmo.

Diz-se que a aguardente fora comprada por José Alves de Castro, no sabbado, e não dera entrada na sua loja, mas fora logo em direitura á do dito Manuel Soares de Almeida, em Miragaya.

O sr. juiz do tribunal do commercio foi hontem em victoria á casa incendiada.

O sr. administrador do primeiro bairro é digno de louvor pelo acerto e incançavel diligencia, com

que se tem havido, para descobrir e liquidar a verdade.

Consta-nos que a companhia, onde está feito o seguro dos generos de commercio e mobilia, tenciona proceder judicialmente contra o autor ou auctores do crime, que a ser verdadeiro merece exemplar castigo.

—O producto das dezessete recitas que madame Ristori deu no theatro de S. João foi, conforme dizem as folhas portuenses, livre de todas as despesas, de 9:600\$000 réis.

—Lê-se no *Braz Tizana*:

«O sr. Antonio Joaquim da Costa, capitão da barca *Ourense*, chegada ha dias do Rio Grande do Sul, vem encarregado pela directoria da sociedade portuense de beneficencia da cidade do Rio Grande de indagar se ficaram algumas viúvas ou orphãos indigentes das victimas do naufragio da barca *Leonor*, que no dia 18 de novembro se perdeu na barra d'aquella cidade; para, no caso de existirem algumas pessoas nas indicadas circumstancias, lhes serem enviados socorros provenientes da subscrição promovida pela directoria da dita sociedade.»

—No dia 1.º do corrente devia reunir-se a assembleia geral do *banco mercantil portuense*. Segundo diz o *Jornal do Porto*, constava que o dividendo do actual semestre era de 6\$000 réis por acção, ou 3 por cento, prefazendo 5½ por cento por anno, ou 11\$000 réis por acção de 200\$000 réis.

É um favorável resultado, do qual deve deprender-se que este estabelecimento goza sympathias e tem grande credito na praça.

ULTRAMAR

Goa.—Acerca da exposição dos venerandos restos de S. Francisco Xavier, que ultimamente teve lugar n'esta cidade, diz o seguinte o *Boletim do Governo do Estado da India* de 7 de janeiro:

«A exposição do veneravel corpo do apostolo das Indias S. Francisco Xavier não só tem sido um objecto de grande interesse para os nacionaes, mas tambem para os estrangeiros, que ainda continuam a apparecer a vista-lo; até os periodicos inglezes protestantes fazem menção d'esta exposição, e a *Bombay Gazette* de 19 do mez proximo passado não só apresenta uma descripção do tumulo, mas tambem um epitome da vida do santo, embora haja na sua narrativa alguns erros historicos.

«No dia 3 baptizou-se na igreja do Bom Jesus um genito adulto, da aldeia Sirulá, de Bardez.»

O mesmo *Boletim* de 10 de janeiro dá conta nos seguintes termos do encerramento d'esta exposição:

«Hontem (8) terminou com as ceremonias prescriptas no programma a exposição do veneravel corpo de S. Francisco Xavier. O concurso excedeu a toda a expectação. A igreja estava completamente apinhada de povo de todas as classes; além d'isso o largo, e ruas adjacentes, não podiam conter a multidão. Celebrou a missa solemne o mui reverendo Antonio Marianno Soares, thesoureiro-mór da sé primacial, e vigário geral do norte. Pregou o mui reverendo padre Antonino José Nicolau Barreto, de Margão.

«S. ex.ª o sr. governador geral, felizmente restabelecido de seus incommodos, assistiu a toda a cerimonia, e fechou o caixaõ com a chave que lhe compete.

«No dia 7 baptizou-se na igreja do Bom Jesus um genito adulto, de Mapuçá.

«No dia 8 uma mulher genita, tambem adulta, de Bicholim.

«Estão na cathese mais dois gentios adultos, que brevemente serão da mesma sorte baptizados.»

Segundo vemos na *Albela de Bombaim* concorreram a visitar o corpo do veneravel apostolo mais de 200:000 pessoas.

Numa minuciosa relação que da mesma exposição faz o *Ultranar*, periodico de Margão, diz-se, que se viam ali individuos de todas as condições e idades e peregrinos de longas terras. A exposição que devia durar vinte e nove dias durou trinta e sete. Apesar do numeroso concurso, que constantemente affluia ao templo onde estava depositado o venerando corpo, nunca a ordem foi perturbada. Uma salva de vinte e um tiros, repetida em todas as fortalezas do estado, annunciou aos povos que a exposição havia terminado.

De Bombaim chegaram vapores cheios de senhores e cavalheiros protestantes que vieram igualmente assistir a este solemne acto religioso.

A exposição religiosa devia seguir-se a industrial. Eis como o *Boletim* de 13 de janeiro descreve a abertura d'essa exposição:

«Abriu-se hoje a exposição industrial no palacio archiepiscopal de Goa. Ao meio dia chegou aquelle palacio s. ex.ª o sr. governador geral, acompanhado de dois membros da commissão, e á porta foi recebido por toda a commissão e por grande numero de empregados, e outras pessoas que aquelle acto concorreram. Logo que s. ex.ª entrou, teve accesso o publico.

«S. ex.ª percorreu todas as salas, examinando attentamente cada objecto, e saiu depois das duas horas mui satisfeito da boa ordem, e da variedade dos productos naturaes e artificiaes, que se acham na exposição.

«Muitos objectos, que por causas imprevistas não poderam chegar antes do dia da abertura, serão ainda accitos n'estes primeiros dias. E com isso ficará muito mais rica e completa a mesma exposição.»

O programma que se devia observar na mencionada exposição era o seguinte:

1.º «A exposição de industria abrir-se-ha no dia 12 do corrente, e encerrar-se-ha no dia 26 do mesmo.

2.º A exposição terá lugar na casa archiepiscopal, junto á sé de Goa.

3.º No referido dia 12, ás 11 horas da manhã, os membros da commissão central, e os das commissões filiaes, que estiverem presentes, aguardarão receber a porta a s. ex.ª o sr. governador geral, e logo que chegue o acompanhão-á sala n.º 1. Com a entrada de s. ex.ª entender-se-ha aberta a exposição.

4.º Neste dia a exposição terminará ás 8 horas da noite.

5.º Em todos os mais dias, até findar a exposição, abrir-se-ha ás 9 da manhã e encerrar-se ás 2 horas da tarde. As 4 da tarde novamente se abrirá, e findará ás 8.

6.º A entrada para a casa da exposição será por bilhetes, como dispõem as notas de 4 de junho de 1859.

7.º Haverá duas especies de bilhetes, a 1.ª de entrada durante toda a epocha da exposição, que custará 1 rupia, e a 2.ª de admissoão só por uma vez, e custará 2 tangas.

8.º É franca a entrada na casa da exposição a todos os expositores que reclamarem o competente bilhete de livre entrada.

9.º Os bilhetes não servirão para mais de uma pessoa.

Cidade de Goa, 10 de janeiro de 1860.—V. Mourão—C. J. Mourão—J. Ferreira Pinto—B. F. da Costa—J. M. Mendonça.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Paris até 27 do passado, e de Madrid até ao 1.º do corrente.

Os jornaes hespanhoes publicam o seguinte despacho telegraphico:

Algeciras, 29 de fevereiro de 1860.—As 5 horas e 45 minutos da tarde.—O exito conseguido no ataque a Larache e Arzila foi tão satisfactorio como eu imaginava: bati as fortificações, caiei os fogos da primeira d'aquellas até torna-las quasi insignificantes, não obstante as más circumstancias do mar, e completamente os da segunda, causando graves danos ás povoações. Considero os dias 25 e 26 do corrente como dias de honra e de gloria para a marinha hespanhola: o que tenho a honra de apresentar respectivamente, por meio de v. ex.ª, aos pés do throno de sua magestade.

Alem d'este, os jornaes estrangeiros publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Paris, 29 de fevereiro.—Está plenamente desmentida a noticia de uma alliança austro-russa. Hoje a desmente a *Patrie* e o *Pays*, e hontem fazia o mesmo o *Globe* de Londres.

Idem, 28.—Os periodicos desmentem a noticia da alliança entre a Russia e a Austria; alguns desde seu principio pizeram sempre em duvida esta noticia, porém os periodicos da tarde, ao passo que desmentem o facto, accusam o *Morning-Chronicle* que o publicou. Assegura-se que este periodico é orgão da embaixada franceza em Londres.

Marselha, 28.—Ha indicios de que a Cochinchina peça a paz com condições razoaveis. A expedição alliança estava completamente abastecida; não carecia de cousa alguma.

Vienna, 28.—Continua o panico na bolsa, em consequencia dos rumores que giram, de que a Sardenha augmenta os seus armamentos.

Londres, 28.—Sir Kingleke fez na camera uma proposta, pedindo que o governo apresentasse a correspondencia concernente á annexação á França de Saboya e Niza. O proponente, apoiando a sua proposta, sustentou que a dita annexação comprometteria a neutralidade da confederação helvetica, e o equilibrio europeu. Varios oradores fallaram contra. Russell declarou que a correspondencia demonstraria a digna attitudde que, n'esto assumpto, a Inglaterra manteve; e concluiu manifestando a sua opinião, de que julgava que o imperador dos francezes vacillaria ante de proceder a uma annexação, que seria precursora de larga desconfiança para com a França. A proposta foi por fim approvada.

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:

Londres, 26 de fevereiro.—Receberam-se noticia de Veracruz que alcançam até ao dia 4. O encargo de negocios da Inglaterra entregou um ultimatum ao governo mexicano, marcando o prazo de uma semana para que sejam satisfeitas todas as reclamações da Gran-Bretanha.

Paris, 26.—Até agora noticia alguma confirma o facto da existencia da alliança russo-austriaca, dada pelo *Morning-Chronicle*; e até se suppõe não ser verdadeira esta noticia.

A Russia declarou que não apoiará, nas questões europeas que ao presente se agitam, doutrinas extremas, quer sejam liberaes, quer absolutistas.

Todos os jornaes publicam uma nota diplomatica de mr. de Thouvenel ao embaixador da França em Vienna, expondo francamente, não sem embargo, as razões de força maior que desviaram a politica franceza dos preliminares da Villafranca.

O novo ministerio dinamarchez compõe-se dos antigos collegas de Mourão, que, em consequencia de uma intriga, se viram obrigados a pedir a sua demissão. São liberaes moderados, e suppõe-se que contam com grande maioria nas camaras.

Parece que a esquadra que, segundo disse o *Times*, se dirigia para Lisboa, é a que vac para Gibraltar, a fim de substituir a que esteve no estreito, e que partiu para Malta.

FRANÇA

Parece certo, diz a *Patrie*, que as respostas dos gabinetes de Vienna, de Berlin e de S. Petersburgo, ás communicações da França e da Inglaterra, chegaram já a Londres e a Paris. Parece tambem certo que essas respostas são conformes á politica tradicional de cada uma d'essas tres potencias. Como facilmente se comprehende, deve fallar-se com grande discreção de documentos que são ainda o segredo das chancellarias...

Quanto á recusa que se attribue á Russia e á Prussia de se explicarem na parte relativa ás quatro propostas, o *Nord* faz observar que essa recusa é inverosimil, pela simples razão de que a Russia e a Prussia não podiam dar resposta a uma pergunta que não lhe foi dirigida. O governo francez, depois de abster-se de se pronunciar acerca da quarta proposta, não podia exigir que as potencias se explicassem mais do que elle o fizera.

O *Nord*, em abono da sua these, reproduz a seguinte passagem da nota de mr. de Thouvenel ao embaixador francez em Londres:

«Respondi a lord Cowley, que, na parte relativa á quarta proposta, o governo do imperador, antes de se pronunciar, julgava indispensavel explicar e justificar a sua situação com a corte de Austria de uma parte, e da outra com as da Prussia e da Russia.»

A *Independence Belge*, como a *Patrie*, afirma que a Russia respondeu já ás propostas que lhe foram dirigidas, relativamente á solução da questão italiana.

«A Russia, diz o jornal belga, não rejeita de uma maneira absoluta e directa as quatro propostas; porém resulta da exposição dos seus motivos, que ella repudia os principios sobre os quaes a Inglaterra baseou a redacção d'essas propostas. A nota do gabinete de S. Petersburgo conclue, declarando que a Russia conservou a mesma maneira de ver que antigamente, quanto ao modo de solução que se deve adoptar para se alcançar a remoção das difficuldades pendentes, e uma pacificação duradoura da Europa. N'uma palavra, a Russia entende que a melhor e mais segura solução só pôde sair de uma reunião dos plenipotenciarios das grandes potencias, reunidos sem prevenção e sem bases previamente estabelecidas.

O *Courrier du Dimanche* completa nos termos seguintes as informações que acima damos:

«As notas do principe Gortschakoff e do barão Schleinitz não são um acto nem uma adhesão. O imperador Alexandre aceita as recentes propostas do gabinete francez como um simples ponto de partida de futuras negociações. Elle as considera como um meio proprio para facilitar as conferencias, e para que as grandes potencias se reúnam, a fim de deliberarem acerca da sorte da Italia. O principe Gortschakoff e o barão de Schleinitz rejeitam a doutrina da soberania popular, o que não impede que os gabinetes de S. Petersburgo e de Berlin accedam ás exigencias do tempo e ás necessidades do momento. O imperador Alexandre e o principe regente reconhecem perfeitamente os obstaculos que se oppõem ao restabelecimento dos principios destronados, porém não podem admitir que sejam só tomados em consideração os factos ultimos.»

PIEMONTE

Em seguida damos na sua integra a mensagem que o clero milanez ultimamente enviou ao rei Victor Manuel:

«Summamente penhorados pela feliz annexação da Lombardia á vossa gloriosa coroa, com o maior regosio nos alistamos nas bandeiras do estatuto, com a firme confiança de que, sob a tutela das novas instituições politicas, a religião catholica, gloria

perpetua da Italia, será o mais firme sustentaculo do reino engrandecido.

«Foi n'esta idea que por um accordo leal e estabelecido nós quizeamos associar a causa da religião á causa nacional, a fim de favorecermos pela nossa missão, estranha a todos os interesses temporaes, a dignidade moral de um grande povo que se reconstituiu em nação para conservar fortes e immaculadas a esta igreja de Santo Ambrosio as suas gloriosas tradições.»

—Parece que o conde de Cavour esteve ultimamente em Turim, onde apenas se demorou tres horas, regressando logo depois a Milão. Attribue-se toda a importancia a essa excursão. N'esta ultima cidade continua o rei Victor Manoel recebendo ovações dos annexionistas. Todavia não se desvaneceram ainda todas as difficuldades para a annexação, e, segundo se diz, é esperada uma resposta de Paris. N'estas circumstancias, o ministerio reunir-se-ha, a fim de discutir as medidas opportunas, caso a resposta seja desfavoravel. (*El Horizonte*.)

ROMA

Transmittiu-se d'esta cidade um despacho telegraphico com a noticia de que o duque Fiano, o principe Rospigliosi, o principe Doria, o duque Massimo, etc., etc., tinham assignado a manifestação dirigida ao summo pontifice por alguns nobres. Esta noticia é completamente falsa. Só é veridico o seguinte facto: o duque Massimo foi ao Vaticano com os academicos de que elle é o presidente, os membros da commissão da academia dos *Lincei*. Esses academicos, com razão, entenderam dever tributar a Pio IX, que foi o restaurador da sua academia, um testemunho particular de gratidão. Quanto aos principes de que se fallou, recusando-se a assignar a representação que lhes foi apresentada, elles nunca tiveram o pensamento de fazer um acto de opposição a Pio IX, a quem estão promptos a dar todas as provas de dedicação que o seu soberano tem direito a esperar d'elles; elles só recusaram aceitar qualquer solidariedade em uma demonstração que não lhes agradava. (*Journal des Debats*.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO IMPERIO DO PORTUGAL NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	762,59	12,3	64,7
3 t.	761,08	18,2	41,3

DIA 2.	
Maxima—temperatura.....	14,9 C.
Minima.....	8,2 "
Ozone (de noite).....	6,0 "
Ozone (de dia).....	7,5 "
Chuva (adometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	3,1 "
Altura barométrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO
Receta da alfandega de 1 a 28 de fevereiro... 145:474\$214
Idem no dia 29..... 4:687\$625
150:161\$739

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 29
MANIFESTADO PARA DEPOSITO
Vinho..... Pipas Alm. Can. 60 — —
Aguardente..... — 1 —

DESPACHADO PARA CONSUMMO
No Porto
Vinho maduro..... Pipas Alm. Can. 25 18 8
Dito verde..... 4 4 —

Em Villa Nova
Vinho..... Pipas Alm. Can. 2 — —
DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO
Vinho..... Pipas Alm. Can. 36 8 4

TELEGRAPHIA ELECTRICA

Vigo, 29 de fevereiro
As 8 horas e 20 minutos da tarde
De D. Francisco Felgueira ao Commercio do Porto
Entrou hoje n'este porto a galera *Aurora*, procedente do Maranhão, em 34 dias, com carga de algodão e couros. Traz avaria no mastro do trapezo. (*Commercio do Porto*.)

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA
Dia 3 de março de 1860
EMBARCAÇÕES ENTRADAS
Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordronneau, de Malaga em 4 dias, de Gibraltar em 3, e de Cadiz em 34 horas, com varias fazendas a II. Juhel; 25 pessoas de tripulação, 1 mala e 29 passageiros.

Nova Conceição e Amizade, hiate portuguez, mestre J. I. Ribeiro, da ilha de S. Miguel em 9 dias, com barro ao mesmo mestre; 10 pessoas de tripulação e 1 mala.

Hellehina, galeota hollandeza, capitão S. B. Honghondt, de Messina em 76 dias, com azeite ao seu consul; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para Falmouth e vem arribada com falta de mantimentos.

Corinthian, paquete inglez a vapor, capitão J. Wardell, para Palermo e mais portos do Mediterraneo, com fazendas; 31 pessoas de tripulação. Saiu hontem ás 8½ horas da noite.

Portugal, paquete portuguez a vapor, capitão H. A. Brion, para S. Vicente, Pernambuco, Bahia, e Rio de Janeiro, com diversos generos; 110 pessoas de tripulação e 40 passageiros. Saiu hontem ás 9 horas da noite.

Gravelinois, barca franceza, capitão P. Merland, para Dunkerque, com sal; 10 pessoas de tripulação. Sarah Ann, brigue inglez, capitão J. Crear, para Setubal em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Robert, escuna prussiana, capitão F. Leploir, para Aveiro, em lastro; 6 pessoas de tripulação. Flor do Sado, bateira, mestre J. M. Gouveia, para S. Martinho, com calhas de ferro; 6 pessoas de tripulação.

Père Eternel, brigue francez, capitão M. Lorho, para Huelva, em lastro; 8 pessoas de tripulação. Caledonia, brigue inglez, capitão J. Lighton, para Montreux, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Lizzie Lee, patacho inglez, capitão M. Burnett, para Tavira, em lastro; 10 pessoas de tripulação. Miranda, chalupa ingleza. Pertence á associação denominada *Royal Yacht Squadron*.

Chapman, escuna franceza, capitão L. Labour, para Huelva, em lastro; 7 pessoas de tripulação. Mirta, escuna franceza, capitão P. Vallec, para

Villa Real de Santo Antonio, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Ernestine, brigue francez, capitão V. Deville, para o Havre de Grace, com diferentes generos; 7 pessoas de tripulação.

Nazareth Feliz, rasca, mestre M. D. Franco, para a Figueira, com generos de mercearia e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Fanny, brigue russo, capitão F. R. Hurtze, para Setubal, em lastro; 10 pessoas de tripulação. Fafel, patacho portuguez, capitão A. S. Pereira, para a ilha de S. Miguel, com pedra de cal e encomendas; 12 pessoas de tripulação.

Milheiro 3.º, patacho portuguez, capitão F. J. de Abreu, para o Rio de Janeiro, com sal e vinho; 12 pessoas de tripulação.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, para o Porto, com diversas fazendas; 31 pessoas de tripulação e 78 passageiros.

St. Pierre, brigue francez, capitão P. Merierl, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belém, em 3 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL
EM 3 DE MARÇO DE 1860
Serviço das barras
Da foz do Douro, do dia 2

Não entrou nem se avista embarcação alguma. Saíram—Portuguezes, galera *Flor do Porto*, e barca *Faria 1.ª*, ambos para o Rio de Janeiro.—Hiatos, *Felissimo*, para Cabo Verde; *Rival*, para S. Miguel; *Sousa*, para Lisboa.—Cahique *Senhora do Carmo*, para Cezimbra.—Escuna ingleza *Eliana*, para a Figueira.

O mar está um tanto agitado.—O vento esteve E. NO. agora N. regulares.

De Villa do Conde, do dia 2
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está bastante agitado.—Vento N.

De Vianna do Castelo, do dia 2
Entrou a escuna ingleza *Trusbus*, de Jersey com bacalhau.

Saiu o hiate *Aleides*, para Lisboa, com milho.

Fundeu fóra da barra o vapor de guerra portuguez *Lynce*, que anda cruzando na costa.—Mar agitado, vento N.

Em Espozende nos dias 26, 27 e 28, não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Caminha, do dia 2
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Ficam dois hiatos fóra da barra.—Mar agitado.—Vento NNO.

De Aveiro, do dia 2
Entrou o vapor inglez *D. Pedro*.

Da Figueira, do dia 2
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fora da barra nada se avista.—Mar agitado.—Vento NNE.

Da Ericeira, do dia 2
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N. fresco.

De Faro, do dia 2
Entrou o cahique *Santa Rita*, de Lisboa, com cereaes.

Saídas—Falucho hespanhoes, *Virgem das Dores* e *Virgem das Angustias*, ambos para Ayamonte.

De Tavira, do dia 2
Entrou o falucho portuguez *Primo e Santa Rita*, de Villa Nova de Portimão em 1 dia, com ovos, amendoa, e obra de palma.

Não saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento variavel e brando.

De Villa Real de Santo Antonio do dia 2
Entradas—Brigue francez *Jube Marie*, e escuda dita *Eleonore*, em lastro.

Saiu o brigue inglez *Eitua*, para Liverpool, com mineral.

Não se avista embarcação alguma.—O mar está bonanoso.—Vento N. regular.

De Villa Nova de Portimão do dia 29 de fevereiro
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Ficou n'este porto o vapor portuguez *D. Luiz*, vindo de Lisboa; desembarcou dois passageiros, e seguiu para os portos de sua escala.—O mar bom.—Vento SSO.

Do dia 1 de março
Entradas—Cahique portuguez *S. José e Almas Felix*, de Setubal, em 2 dias, com varios generos.

Falucho hespanhol *Virgem das Angustias*, de Ayamonte, em 6 dias, em lastro.

Saídas—Falucho hespanhol *Senhora da Trindade*, para Gibraltar, com ovos e outros generos.

Falucho portuguez *Primo e Santa Rita*, para Tavira, com varios generos.

O mar está bom.—Vento NO. bonanoso.—Fóra da barra anda sobre vela para entrar um hiate.

De Setubal do dia 2
Entrou a escuna dinamarcheza *Lobl Klatona*, de Lisboa, com sal.

Saiu a escuna dinamarcheza *Carolina*, para Randers, com sal.—Vento N.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 3 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)
Bolsa de Madrid, 3 de março—3% consolidado a 44,25—3 dito differido a 34,35.
Bolsa de Paris, 3 de março—3% francez a 67,95—4½ dito a 98.

Bolsa de Londres, 3 de março—Consolidados de 94 5/8 a 95 3/4.

AVISOS

FUTURO SOCIAL
Continuam as palestras litterarias segunda-feira 5 do corrente, pelas sete horas da noite, nas salas do centro promotor, versando a discussão sobre os *deveres e direitos dos cidadãos*.

A mesa pede a comparência dos associados, assim como das pessoas estranhas á associação, sendo a todos permitido o direito de discussão.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

MONTE PIO UNIAO

É novamente convocada a assembleia geral para segunda-feira 5 de março, ás sete horas da tarde, por não terem reunido os socios em numero legal segunda-feira passada; sendo o fim da reunião a approvação das contas do anno findo.

Sala, 29 de fevereiro de 1860.—O secretario, F. A. Sotto Maior Raposo.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quinta-feira 8 do corrente